

# EM QUESTÃO

## Evidências para políticas públicas

## Atlas da Violência 2021

### PONTOS-CHAVE

- A taxa de homicídios, principal indicador de violência no Brasil, apresentou queda de 22,1% entre 2018 e 2019.
- As possíveis explicações para essa redução seriam: a) ações e políticas públicas inovadoras adotadas em alguns *estados e municípios* nas últimas décadas, além de queda na proporção de *jovens* na população do país; b) efeitos de longo prazo do Estatuto do Desarmamento; c) armistício após a guerra entre facções criminosas em 2016 e 2017; d) crescimento do número de mortes classificadas como Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI).
- A violência afeta de diversas maneiras os grupos mais vulneráveis da população brasileira. Nesse sentido, os dados de 2019 indicam que:
  - \* Jovens são, historicamente, as principais vítimas de homicídios.
  - \* Feminicídios representam 1/3 das mortes violentas de mulheres no país.
  - \* Negros são o grupo racial mais atingido: 76% do total das vítimas de homicídios.
  - \* Foram 7.613 notificações de violência contra pessoas com deficiência no ano.
  - \* A taxa de homicídios de indígenas subiu 9,8% de 2018 para 2019.
  - \* Notificações registradas de violência contra homossexuais e bissexuais cresceram 9,8% em relação a 2018.

### INTRODUÇÃO

Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) mostram que, em 2019, houve 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Comparado aos dados registrados entre 1979 e 2017, essa taxa é a menor desde 1995. No entanto, a queda na taxa de homicídios observada entre 2018 e 2019 (22,1%) deve ser vista com grande cautela, em função da deterioração na qualidade dos registros oficiais. Além disso, há aspectos em relação a grupos da população que exigem análises específicas, entre eles: jovens, mulheres, negros e indígenas.

Os dados reunidos aqui fazem parte do Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). São informações e análises baseadas na reunião, cruzamento e interpretação de dados de diversas fontes, entre elas: o próprio Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde; o Disque Direitos Humanos (Disque 100), vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 e o Censo Demográfico 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); entre outros.

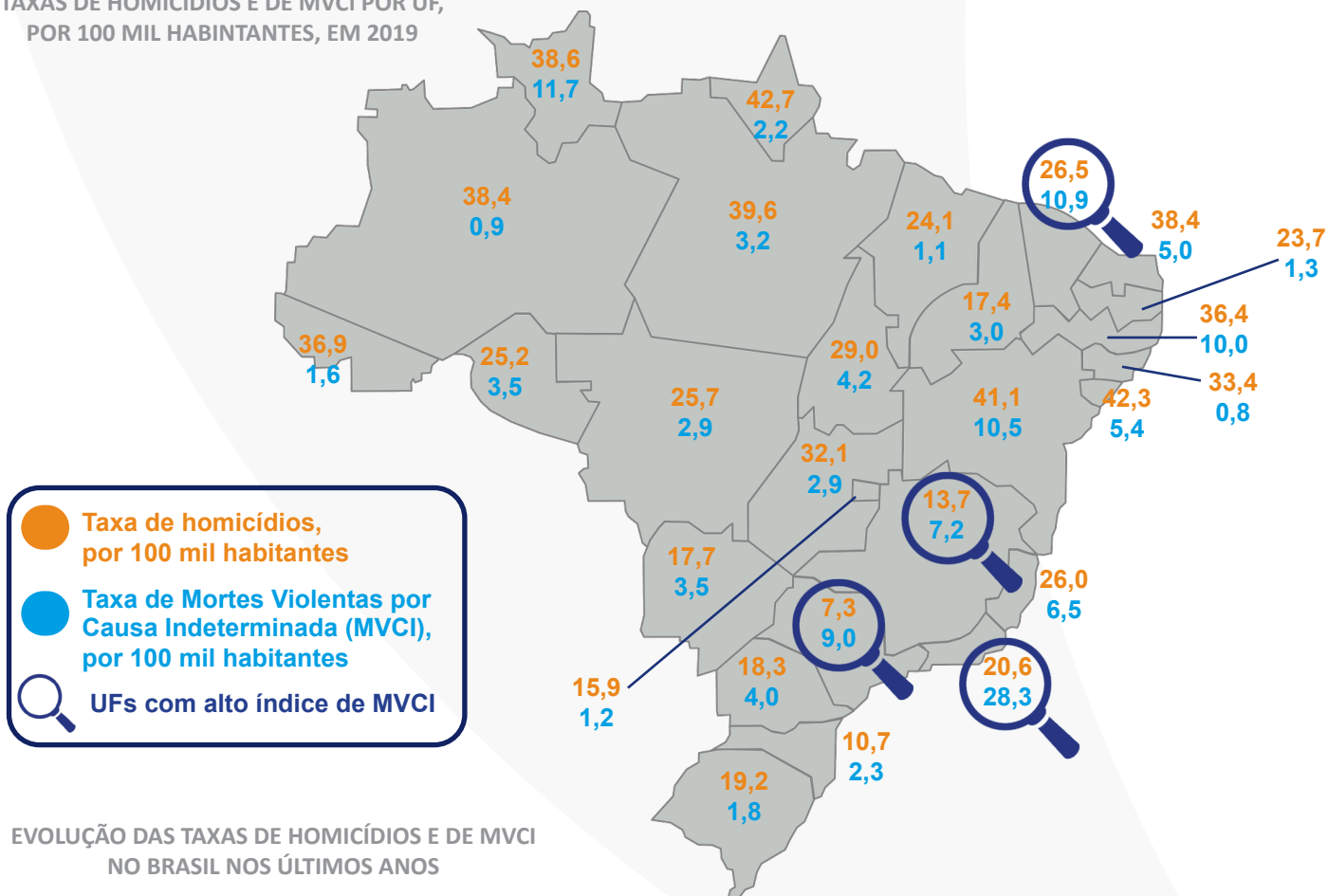
## Homicídios no Brasil

Em 2019, houve 45.503 homicídios no Brasil, uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Todas as UFs apresentaram queda da taxa de homicídios no ano, com exceção do Amazonas, que entre 2018 e 2019 apresentou aumento de 1,6%.

A piora substancial da qualidade dos dados, em relação ao aumento da taxa de Mortes Violentas por

Causa Indeterminada (MVCI) nas UFs, inviabiliza uma análise mais precisa e completa da violência em 2019. Essa situação foi especialmente observada no Rio, São Paulo, Minas e Ceará. O MVCI é uma categoria utilizada para os casos de mortes violentas por causas externas em que não foi possível estabelecer a causa básica do óbito ou sua motivação.

TAXAS DE HOMICÍDIOS E DE MVCI POR UF, POR 100 MIL HABITANTES, EM 2019



EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS E DE MVCI NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS





## Violência contra a juventude

No Brasil, a violência é a principal causa de morte de jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31.



Em 2019, em média, 64 jovens foram assassinados por dia no Brasil



Dos 45.503 homicídios registrados em 2019, 51,3% foram de jovens



333.330 jovens entre 15 e 29 anos foram mortos no país entre 2009 e 2019



## Violência contra a mulher

Em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 66% negras. Nesses casos, encontra-se tanto as mulheres que foram vitimadas em razão de sua condição de gênero feminino, ou seja, em decorrência

de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher, como também as vítimas da violência em geral, como roubos seguidos de mortes e outros conflitos.



Entre os anos de 2009 e 2019, um total de 50.056 mulheres foram assassinadas no Brasil



33,3% do total de homicídios de mulheres registrados em 2019 (1.246) ocorreram dentro de casa



### Mulheres negras e não negras

O total de mulheres negras vítimas de homicídios subiu de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019. Já o número de mulheres não negras mortas caiu de 1.636 em 2009 para 1.196 em 2019



4,1

Taxa de homicídios de mulheres negras (100 mil hab.)



2,5

Taxa de homicídios de mulheres não negras (100 mil hab.)

O risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio em 2019 foi 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra



## Violência contra população negra

Em 2019, os negros representaram 76% das vítimas de homicídios. No mesmo ano, a taxa de

homicídio de pessoas negras ficou em 29,2 (34.466); já a de não negros ficou em 11,2 (10.217 pessoas).

A chance de um negro ser assassinado no país é **2,6** vezes maior do que a de um não negro

O número de homicídios de negros passou de 33.929 em 2009 para 34.446 em 2019. Entre esses anos, houve:



1,6%

de alta no número de negros mortos



33%

de queda no número de não negros mortos

Entre 2009 e 2019, a redução das taxas de homicídio de não negros foi 51% superior à correspondente à população negra



15,5%

de queda na taxa de homicídios de negros



30,5%

de queda na taxa de homicídios de não negros

## **Violência contra a população LGBTQI+**

De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, houve um crescimento bruto de 5% nas

violências contra homossexuais e 37,1% nas violências contra bissexuais, passando de 4.855 registros em 2018 para 5.330 em 2019.



A maior parte dos registros de violências por orientação sexual é de pessoas assumidamente homossexuais, totalizando 81,8% dos registros de notificações em 2019



**5,0%**

de alta nos registros de violência contra homossexuais de 2018 para 2019



**37,1%**

de alta nos registros de violências contra bissexuais de 2018 para 2019

### NÚMERO TOTAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

| TIPO DE VIOLÊNCIA  | 2018  | 2019  |
|--------------------|-------|-------|
| <b>FÍSICA</b>      | 3.758 | 3.967 |
| <b>PSICOLÓGICA</b> | 1.571 | 1.784 |
| <b>TORTURA</b>     | 204   | 197   |
| <b>OUTROS</b>      | 40    | 32    |

## **Violência contra pessoas com deficiência**

Em 2019, foram registrados 7.613 casos de violência contra pessoas com deficiência. Tais números consideram as pessoas que apresentavam

pelo menos um dos quatro tipos de deficiência (física, intelectual, visual e auditiva), de acordo com parâmetros médicos gerais.



58,5% dos casos são de violência doméstica



As mulheres são a maioria das vítimas nas notificações de violência, independentemente do tipo de deficiência, com um número de notificações 76% superior aos dos homens



De forma em geral, a maior concentração de notificações é para vítimas de 10 a 19 anos, caindo mais ou menos gradativamente com o aumento da idade, mas subindo relativamente a partir dos 60 anos.



A violência mais frequentemente registrada é a física (4.010 casos em 2019), seguida da psicológica (2.388). No entanto, a violência sexual é frequente contra as mulheres

## **Violência contra pessoas indígenas**

Nos últimos dez anos, entre 2009 e 2019, em números absolutos, houve 2.074 homicídios de pessoas indígenas. Com relação à distribuição de homicídios por estado, alguns se destacam por terem os maiores

números e as taxas mais altas de homicídios (por 100 mil habitantes): Roraima (41 e 57), Mato Grosso do Sul (39 e 44,8), Amazonas (49 e 22,5) e Maranhão (10 e 23,6).

### EVOLUÇÃO DA TAXA E NÚMERO DE HOMICÍDIOS DE PESSOAS INDÍGENAS NO BRASIL

|               | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Taxa</b>   | 15,0 | 12,2 | 14,9 | 21,3 | 21,1 | 19,6 | 20,2 | 23,5 | 24,9 | 23,9 | 18,3 |
| <b>Número</b> | 136  | 112  | 138  | 200  | 200  | 188  | 196  | 231  | 247  | 240  | 186  |

## Armas de fogo

Em 2019, o Brasil registrou 30.825 assassinatos por armas de fogo. O número corresponde à taxa de 14,7 por 100 mil habitantes, mantendo a trajetória de queda observada nos últimos anos.

No entanto, desde 2019, foram editados

mais de trinta instrumentos legais, entre os quais decretos, portarias e projetos de lei, que objetivam ampliar o acesso da população às armas e munições. Os desdobramentos da política armamentista em curso no Brasil produzem riscos de elevar os números de homicídios a médio e longo prazos.



## DIAGNÓSTICO Diagnóstico baseado nas evidências detectadas.



Apesar da queda dos números de **mortes de jovens** em 2019, a tragédia da juventude perdida continua se apresentando como um problema endêmico do país. Ainda que com variações periódicas, para mais ou para menos, nas taxas de mortalidade juvenil, permanece um cenário constante e sem perspectiva de mudança a curto ou médio prazo, em que dezenas de milhares de jovens são vítimas de homicídios todo ano no país.



As taxas de homicídios de **negros** são maiores do que as da população não-negra. As razões para isso são diversas, indo desde variáveis socioeconômicas e demográficas, até a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal (sobretudo as polícias), e a ausência de políticas públicas específicas para essa parcela da população.



A violência contra **pessoas LGBTQI+** no Brasil é um fenômeno histórico. Na dimensão simbólica, opera ora sobre a ideia de um modelo único e compulsório de família nuclear que apaga as diversidades sexuais e de gênero, ora pelo recurso aos estereótipos e estigmas de agentes desviantes, de contaminação e de degeneração. Na dimensão corporal, a violência se materializa na forma de abandono, estupros “corretivos”, assassinatos e espancamentos.



A violência contra **pessoas indígenas** tem dimensões simultaneamente material e simbólica. Para além dos números de mortes e exposição à violência física, as pessoas indígenas no Brasil estão expostas historicamente a situações de abusos de poder, assédios, criminalização de lideranças e movimentos sociais, ameaças e crimes como invasões, grilagens e desmatamentos ilegais. Soma-se a isso, o ambiente político-legal atual, que tem exercido forte impacto sobre o aumento da pressão no campo.





A violência física reforça a vulnerabilidade das **pessoas com deficiência**, que já se encontram inseridas em contextos de exclusão social, segregação, preconceito e estigmatização.



Há consenso na literatura especializada do campo da segurança pública de que quanto mais **armas de fogo** disponíveis e em circulação, maior a probabilidade de crimes. Nesse sentido, são preocupantes as mudanças recentes na legislação de controle de armas que visam, entre outras questões, flexibilizar as regras para a posse.

## RECOMENDAÇÕES

Recomendações baseadas no diagnóstico realizado.

Ainda que, na atualidade, o Estado declare compromissos e intenções expressas de enfrentamento à violência no país, persistem lacunas acerca das garantias efetivas de direitos

humanos voltados às condições mínimas para uma vida digna – e da própria vida – de determinadas camadas da população brasileira. Nesse sentido, torna-se fundamental:

1

Reavaliar o quanto antes a política armamentista que está em curso no Brasil. Ao facilitar o acesso a tais armas, a nova regulação pode favorecer a ocorrência de crimes interpessoais e passionais, além de facilitar o acesso das mesmas a criminosos contumazes e impossibilitar o rastreamento de munições encontradas nos locais dos crimes. Em suma: à luz das evidências científicas, verifica-se um fator de risco para a queda recente dos homicídios.

2

Desenvolver políticas públicas para o enfrentamento das altas taxas de violência a partir de um olhar sobre o racismo e a discriminação e como esses fatores afetam desigualmente as mulheres, os negros, as pessoas indígenas, com deficiência e LGBTQI+ no país.

3

Garantir não só a continuidade dos registros oficiais no que se refere a homicídios e outras violências, mas investir na qualidade dessas informações, passando também pelo treinamento e sensibilização dos profissionais que atuam no manuseio desses dados.



ATLAS DA VIOLÊNCIA

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>



Coordenação  
**Daniel Cerqueira**  
**Helder Ferreira**  
**Samira Bueno**

Equipe (edição 2021)

**Paloma Palmieri Alves**  
**Renato Sérgio de Lima**  
**David Marques**  
**Frederico A. B. da Silva**  
**Isabella Cristina Lunelli**  
**Rute Imanishi Rodrigues**  
**Gabriel de Oliveira A. Lins**

**Karolina C. Armstrong**  
**Pablo Lira**  
**Danilo Coelho**  
**Betina Barros**  
**Isabela Sobral**  
**Dennis Pacheco**  
**Amanda Pimentel**

UMA PARCERIA ENTRE:

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



**EM QUESTÃO - Evidências para políticas públicas**

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado,  
das instituições e da Democracia - Diest

Diretora  
**Flávia Schmidt**  
Diretora adjunta  
**Janine Mello**

Núcleo de Disseminação de Pesquisa  
**Camila Escudero** (edição)  
**Relison Galvão** (design e diagramação)  
**Bianca Soletti Teixeira** (estagiária)